



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

GABRIELA AGUIDA DA SILVA LIBERAL

**ANÁLISE DO IMPACTO DA CRIAÇÃO DO
CENTRO DE CONFECÇÃO MARIA DE MELO PEREIRA PARA O
MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB**

**SUMÉ - PB
2024**

GABRIELA AGUIDA DA SILVA LIBERAL

**ANÁLISE DO IMPACTO DA CRIAÇÃO DO
CENTRO DE CONFECÇÃO MARIA DE MELO PEREIRA PARA O
MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

**SUMÉ - PB
2024**



L443a Liberal, Gabriela Aguida da Silva.

Análise do impacto da criação do Centro de Confeção Maria de Melo Pereira para o município de Sumé-PB. / Gabriela Aguida da Silva Liberal. - 2024.

41 f.

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Economia e sociedade. 2. Desenvolvimento local. 3. Parceria público-privada. 4. Centro de Confeção Maria de Melo Pereira - Sumé - PB. 5. Confeção de roupas. 6. Setor de confecção de roupas. I. Lima Filho, Gilvan Dias de. II. Título.

CDU: 35:33(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

GABRIELA AGUIDA DA SILVA LIBERAL

**ANÁLISE DO IMPACTO DA CRIAÇÃO DO
CENTRO DE CONFEÇÃO MARIA DE MELO PEREIRA PARA O
MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Allan Gustavo Freire da Silva.
Examinador I – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.
Examinador II – UAGESP/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 21 de maio de 2024.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, por toda bondade feita em minha vida, por todas as lições e aprendizados que me trouxeram até aqui. Não foi fácil, tiveram dias difíceis, mas sempre pude contar com seu amparo e lições divinas. Te agradeço imensamente por tudo senhor.

Agradeço secundamente a minha família, especialmente a minha mãe Laurene Bezerra da Silva e meu irmão Gustavo da Silva Liberal. Obrigada por estarem do meu lado e por todo cuidado. Agradeço principalmente a te minha mãe, por todas as lições de vida, que me proporcionas diariamente. E agradeço a minha querida avó Maria Anita Bezerra da Silva, obrigada por sempre me motivar a estudar e por cuidar de nossa família. Tenham certeza que essa vitória também é de vocês. Meu amor por vocês é inigualável, muito obrigada por tudo.

Agradeço também ao meu amigo, companheiro e namorado Carlos Alberto Oliveira Costa. Obrigada por acreditar em mim, em minha capacidade, quando muitas vezes nem eu mesma conseguia acreditar. Te agradeço por toda força, por todo carinho e cuidado. Te amo e te quero sempre em minha vida.

Agradeço as minhas colegas de turma Samara Santiago, Dayane Nunes e Ana Luísa, muito obrigada por todas as risadas, e momentos únicos que trouxeram leveza e felicidade em dias complicados. Tenho certeza que sem vocês seria tudo mais difícil. Obrigada meninas, desejo muito sucesso em suas vidas profissionais.

Agradeço também ao meu orientador e professor Gilvan Dias. Muito obrigada por ter concordado e se disponibilizado com suas orientações. Muitas felicidades em sua vida professor.

E por fim, agradeço a todos aqueles que torceram e participaram de forma direta e indireta desse marco em minha vida, muito obrigada a todos.

RESUMO

A Lei Federal sancionada no dia 30 de dezembro de 2004, com nº 11.079, surge no Brasil como uma opção pragmática para o desenvolvimento social e econômico, pois, possibilitou para as três instâncias governamentais a formalização de parcerias entre os setores público e privado. As Parcerias Público-Privadas (PPP's) foram implementadas, sobretudo, para atender a efetivação de projetos de investimentos e riscos elevados, o que operacionalmente geraria empecilhos para que os agentes públicos e privados atuassem isoladamente. Dentro desse contexto, o objetivo geral desse trabalho foi analisar os efeitos que a Parceria Público-Privada (PPP) para a implementação do Centro de Confeção Maria de Melo Pereira proporcionou para o município de Sumé-PB, com relação a seus aspectos sociais e econômicos, tanto para o setor público (na geração de empregos diretos e indiretos e arrecadação tributária), como para o setor privado (na redução de custos e otimização de suas produções). A PPP foi selecionada por englobar investimentos com decorrências múltiplas (econômicas e sociais). Com relação aos termos metodológicos, a pesquisa se qualificou como bibliográfica, com natureza descritiva e exploratória com abordagem qualitativa e em um estudo de caso. Como resultado, o estudo demonstrou que a PPP pode ser uma ferramenta categórica de mudança conjuntural para o município de Sumé-PB, proporcionando autonomia aos colaboradores e desenvolvimento no comércio local. Como constatação principal foi observado que a parceria trouxe mais visibilidade para a cidade, além de ser uma ferramenta de agregação financeira e econômica para os municípios envolvidos (demonstrando inclusive, potencial de continuidade e expansão).

Palavras-chave: Economia e Sociedade; Desenvolvimento Local; Parcerias Pública-Privadas.

LIBERAL, Gabriela Aguida da Silva. **Analysis of the impact of the creation of the Maria de Melo Pereira Clothing center for the municipality of Sumé-PB**. 2024. Degree in Public Management (Graduação no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Sumé – Paraíba – Brasil, 2024.

ABSCTRACT

The Federal Law sanctioned on December 30, 2004, number 11,079, appears in Brazil as a pragmatic option for social and economic development, as it made it possible for the three governmental bodies to formalize partnerships between the public and private sectors. Public-Private Partnerships (PPPs) were implemented, above all, to meet the implementation of investment projects and high risks, which operationally would create obstacles for public and private agents to act in isolation. Within this context, the general objective of this work was to analyze the effects that the Public-Private Partnership (PPP) for the implementation of the Maria de Melo Pereira Clothing Center provided for the municipality of Sumé-PB, in relation to its social and economic aspects, both for the public sector (in the generation of direct and indirect jobs and tax revenue), and for the private sector (in reducing costs and optimizing their production). The PPP was selected because it encompasses investments with multiple consequences (economic and social). Regarding methodological terms, the research was qualified as bibliographic, with a descriptive and exploratory nature with a qualitative approach and in a case study. As a result, the study demonstrated that the PPP can be a categorical tool for changing the situation for the municipality of Sumé-PB, providing autonomy to employees and development in local commerce. The main finding was that the partnership brought more visibility to the city, in addition to being a financial and economic aggregation tool for the citizens involved (even demonstrating potential for continuity and expansion).

Keywords: Economy and Society; Local Development; Public-Private Partnerships.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos funcionários.....	29
Gráfico 2 – Idade dos funcionários.....	30
Gráfico 3 – Escolaridade dos funcionários.....	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Funcionamento da Parceria.....	21
Quadro 2 - Métodos Utilizados para Criação da Parceria.....	22
Quadro 3 - Benefícios Fornecidos ao Município pela Parceria	22
Quadro 4 - Tempo da Parceria	23
Quadro 5 - Aumento na Arrecadação Tributária.....	23
Quadro 6 - Busca por Novas Parcerias.....	24
Quadro 7 - Ampliação da Parceria	24
Quadro 8 - Investimentos da Empresa	25
Quadro 9 - Empregos Fornecidos pela Parceria.....	25
Quadro 10 - Valor pago aos Funcionários	26
Quadro 11 - Peças Produzidas no Centro de Confeções	26
Quadro 12 - Quantidade de Peças Produzidas e Compradores	27
Quadro 13 - Contratação pelos Cursos Profissionalizantes	27
Quadro 14 - Benefícios da Parceria para a Empresa.....	28
Quadro 15 - Contratações e Investimentos Futuros	28
Quadro 16 - Como você foi selecionado(a) para trabalhar no Centro de Confeções Maria de Melo Pereira?	31
Quadro 17 - Você participou de algum programa ou curso de aplicação após ser contratado(a) para trabalhar no Centro de Confeções Maria de Melo Pereira?.....	31
Quadro 18 - Você já trabalhava em outro local antes do Centro de Confeções Maria de Melo Pereira? Se sim onde? E porque mudou de emprego?	32
Quadro 19 - Quais foram às melhorias (renda, qualidade de vida, etc.) geradas em sua vida depois dá criação do Centro de Confeções?.....	32
Quadro 20 - De modo geral, você acredita que a criação do Centro de Confeções proporcionou impactos positivos também para o município de Sumé-PB? Quais?	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO BRASIL.....	12
2.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	14
2.2 VANTAGENS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	16
2.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	18
3 METODOLOGIA.....	20
4 ANÁLISE E RESULTADOS DO ESTUDO DE CASO.....	21
4.1 ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO.....	21
4.2 ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL DA S/A CONFECÇÕES	25
4.3 QUESTIONÁRIO COM OS FUNCIONÁRIOS.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE 1 - REGISTROS DA PESQUISA (2024)	37
APÊNDICE 2 - QUESTIONARIO APLICADO COM AS FUNCIONÁRIAS	38
APÊNDICE 3 - QUESTIONARIO APLICADO NA PREFEITURA DE SUMÉ	39
APÊNDICE 4 - QUESTIONARIO APLICADO NA EMPRESA S/A CONFECÇÕES...40	

1 INTRODUÇÃO

Normalmente, países em desenvolvimento como o Brasil, precisam realizar investimentos elevados para suplantar as lacunas existentes em sua infraestrutura produtiva, que por sua vez, impedem o crescimento econômica e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes dessas nações. Como agravante, é comum que os investimentos destinados a produção incorram em elevados montantes, o que proporciona pressões fiscais e orçamentárias incomensuráveis para todos os níveis de governo (federal, estaduais e municipais).

No anseio de solver tais obstáculos, foi implementado em 30 de dezembro de 2004, a Lei Federal nº 11.079 ou popularmente conhecida como Lei de Parcerias Público-Privadas (PPP). No aspecto geral, as PPP's são os múltiplos vínculos negociais de trato continuado constituídos entre o Setor Público (independente da esfera de governo) e agentes privados para efetivar a execução, sob a responsabilidade destes, de atividades que tenham algum motivo, razão ou interesse em comum. Dessa forma, as PPP's se configuram como uma alternativa na busca de resolver as restrições orçamentárias do setor público e as necessidades do setor privado, diante da implementação dos investimentos essenciais para diferentes segmentos produtivos (Bonomi e Malvessi, 2004, p.25).

Conceitualmente, os projetos de PPP's se fundamentam em relações contratuais colaborativas e de longo prazo, onde o poder público se apoia nos recursos e competências de parceiros privados para a provisão direta de bens ou serviços públicos (Kivleniece e Quelin, 2012). Entre os atores da parceria, se partilham os riscos, os custos e os recursos conectados a esses produtos e serviços (Van Ham e Koppenjan, 2001). Fazendo com que os dois setores trabalhem colaborativamente, almejando uma solução conjunta para a economia e o social.

Igualmente, deve ser ressaltado que as PPP's surgem como alternativa às formas clássicas de privatização e de concessão pública. A grande característica dessa abordagem é a capacidade de aliar vantagens para as partes envolvidas; ou seja, a soberania do Estado para atos que só ele pode executar e a agilidade e flexibilidade que possui a iniciativa privada para atrair capitais e gerenciar empreendimentos. Assim, as PPP's viabilizam, econômica e financeiramente, projetos que de outra forma não seriam realizados. (Bonomi e Malvessi, 2004, p.27).

No aspecto estadual, as PPP's foram instituídas em termos normativos por meio do Programa de Parceria Público-Privada do Estado da Paraíba (PROPPP-PB), formalizado pela Lei nº 8.684, de 07 de novembro de 2008, que estabeleceu o marco regulatório do programa e

as diretrizes norteadoras para que os projetos públicos de interesse do estado (em todo o seu território) pudessem ser realizados em parceria com a iniciativa privada.

Dentro desse contexto, foi inaugurado no dia 1 de setembro de 2023, no município de Sumé-PB, o novo Centro de Confecções Maria de Melo Pereira Silva. Fundado como uma junção do setor público-privado, através da Prefeitura Municipal de Sumé, com a empresa S/A Confecções, com o intuito de promover o desenvolvimento da cidade, com foco na geração de empregos e melhorias sociais para o município, além de retornos financeiros para a empresa e o segmento privado.

O novo Centro de Confecções Maria de Melo Pereira Silva, recebeu esse nome em homenagem a uma costureira local, carinhosamente conhecida por “Dona Mariquinha”, que foi uma figura importante para a cidade de Sumé na Paraíba em decorrência do seu compromisso com o desenvolvimento local, tornando-se fonte de inspiração para os munícipes.

Dentro desse contexto, o objetivo geral desse trabalho foi analisar os efeitos que a Parceria Público-Privada (PPP) que proporcionou a construção do Centro de Confecção Maria de Melo Pereira teve para o município de Sumé em aspectos econômicos e sociais, tanto para o setor público (geração de empregos diretos e indiretos e arrecadação tributária) como privado (redução dos custos e otimização da produção).

Com problema de pesquisa: Quais os impactos proporcionados pela Parceria Pública-Privada do centro de Confecções Maria de Melo Pereira para o município de Sumé-PB?

Como justificativa o Centro de Confecção Maria de Melo Pereira foi selecionado por representar uma PPP que engloba investimentos em infraestrutura (o próprio centro), em produção (no setor de confecção) e no social (cursos de qualificação, especialmente, destinados ao público feminino, majoritário na ocupação das vagas de emprego decorrentes).

Como segmentação o trabalho foi composto: por pesquisas bibliográficas sobre o tema de parcerias públicas e privadas, onde foi analisado na primeira seção as parcerias no Brasil, as características de tais uniões, suas vantagens e os possíveis desafios decorrentes da cooperação dos dois setores. Em seguida foi exposto os métodos utilizados para o acesso aos dados e a formalização da pesquisa. Como ratificação da pesquisa, foram exibidos e analisados os resultados decorrentes da criação e funcionamento do Centro de Confecção Maria de Melo Pereira (derivado de uma PPP). Como desfecho, foram apresentadas as considerações finais e exposto o referencial bibliográfico.

2 AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO BRASIL

Com o sancionamento da Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), registra-se o marco oficial do estabelecimento da Parceria Público-Privadas (PPP's) no Brasil, que surge como uma alternativa aos governos (em suas três instâncias), na busca para realização de investimentos, sem comprometer os recursos públicos diretamente. (Motta et al., 2022, p. 2).

As parcerias surgem no Brasil como uma alternativa prospera para os setores federais, estaduais e municipais, com a possibilidade de destinar os bens públicos de uma forma correta, sem comprometer o setor público, já que o contrato bem sucedido beneficiara ambas as esferas públicas e privadas, com a divisão de riscos e lucros.

O crescimento das parcerias foi estimulado pela crise fiscal do governo, que deixou várias ações sem fonte de recursos. Essas ações somente seriam executadas se ocorresse a atração de recursos da iniciativa privada. (Soares e Neto, 2004, p. 8). Enquanto isso, “o País sofreu um processo de deterioração da infraestrutura econômica básica, com reflexos importantes na perda de eficiência do sistema produtivo” (Rodrigues, 1996, p. 16).

Segundo a Lei Federal nº 11.079/04 entende-se que o setor privado possa contribuir consideravelmente para o investimento em infraestrutura, aplicando os seus conhecimentos em eficiência de gestão e produção. Uma vez que os recursos públicos são escassos no âmbito público uma concessão patrocinada ou administrativa apresenta grande oportunidade para promover tal infraestrutura, ainda que deva ser paga contraprestação pecuniária à empresa por cada etapa do contrato concluída. Isto é viabilizado em uma PPP segundo diretrizes de sustentabilidade financeira, bem como das vantagens socioeconômicas do projeto. (Silva, 2016, p.11).

O estabelecimento de tais legislações, tanto em âmbito federal quanto estadual, demonstraram de forma prática, o interesse do Estado brasileiro na modernização administrativa, que buscava meios de se fazer presente junto à sociedade, através de tais parcerias. (Santos; Souza, 2018). Tal decisão objetivava, com o uso das PPP's, proporcionando aos cidadãos, a possibilidade de ter acesso a serviços de melhor qualidade, à medida em que o órgão público se utilizava da infraestrutura disponibilizada pelo eventual parceiro (Costa e Silva et al., 2017).

Dessa forma, as PPP's passaram a ser uma nova ferramenta categórica no combate à desigualdade social, sendo uma peça importante para os setores do governo brasileiro, que passaram a poder usufruir dessa parceria para ajudar a gerar e proporcionar melhorias para a sociedade. Além de ajudar nas finanças de ambos os setores que estavam envolvidos no projeto,

proporcionando desenvolvimento no sistema econômico das duas esferas produtivas (pública e privada).

A conjuntura que ensejou o surgimento das PPP's no Brasil pode ser sintetizada em dois principais fatores: 1) gargalos de infraestrutura impeditivos do crescimento e consequente melhora da situação fiscal do Estado; e 2) existência de uma série de atividades de relevância coletiva, muitas delas envolvendo as referidas infraestruturas, não autossustentáveis financeiramente e sem que o Estado tivesse condições de financiá-las sozinho. (Aragão, 2005, p.106).

Deste modo as PPP's passaram a ser aplicadas de uma forma abrangente no Brasil por sintetizar na melhoria da fiscalização do Estado, bem como, por ajudar nas finanças públicas, com financiamentos em projetos que não teriam capacidade de ser custeados de forma isolada, já que as despesas passaram a ser divididas, amenizando os riscos e diluindo o montante para o setor público.

Como ratificação do exposto, segundo Aragão (2005, p.106), as PPP's surgem como uma tentativa do Estado e da iniciativa privada de partilharem os dispêndios com a implantação de infraestrutura, sobretudo, de projetos que envolvessem investimentos elevados, já que seriam desvantajosas ações isoladas tanto para o setor público como para o privado. Para o Estado por comprometer parte relevante do seu orçamento. Para a iniciativa privada porque a tarifa seria insuficiente (ou em alguns casos até inexistente) para cobrir todos os seus custos e a legítima margem de lucro do negócio.

Os projetos com valores elevados passaram a ser considerados produtivos com a junção dos setores, já que os riscos eram fracionados entre os domínios públicos e privados. Tornando uma parceria propícia para as duas esferas, já que partilhavam de obrigações e dispêndios de modo conjunto, mesmo que os objetivos finais não fossem comuns, pois, o objetivo precípuo do setor privado é a maximização do lucro e do governo a potencialização do bem-estar social.

Mesmo com essa distinção, as parcerias públicas-privadas (PPP's) ocorreram nos últimos anos no Brasil de uma maneira favorável para diversos projetos, auxiliando aos cidadãos de forma vantajosa, por meio do fomento de oportunidades de trabalho e criação de rendimentos econômicos pessoais e coletivos. Para o setor privado, permitiu a participação em setores estratégicos e lucrativos, com ganhos de médio e longo prazo. Já para o setor público proporcionou o implemento quantitativo de obras que não seriam possíveis isoladamente no curto prazo, bem como desonerou recursos públicos que passaram a estar disponíveis para a efetivação de outras competências governamentais.

2.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

As PPP's são um instrumento extensamente utilizado e testado em diversos países com relação ao seu: 1) desempenho comparativo com modelos de contratação tradicionais (Raisbeck, Duffield e Xu, 2010); 2) potencial de redução dos custos e atrasos comuns aos métodos tradicionais de compras do setor público (Grimsey e Lewis, 2004); e 3) potencial de melhoria da eficiência pública na destinação de recursos e gestão de grandes obras de infraestrutura (Ribeiro e Meyer, 2006).

Sendo assim, as PPP's se caracterizam por se diferenciar dos métodos tradicionais de contratação, pela sua diminuição em gastos, sua inovação em designar o patrimônio público em acordos favoráveis, buscando rendimento de valores vantajosos para ambos os setores. Possibilitando, por sua vez, melhorias nos aspectos sociais e econômicos dos locais escolhidos para desenvolvimento dessas parcerias.

Conforme a Lei nº 11.079/2004 para se obter um contrato de Parceria Público-Privado é necessário conter às seguintes diretrizes:

- Valor do contrato que seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- Com período de prestação do serviço que seja inferior a 5 (cinco) anos; e
- Tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Para que o contrato seja efetivado de forma correta, é necessário proporcionar melhorias nos locais em que o projeto for estabelecido, com operários capacitados, máquinas apropriadas e atividades bem sucedidas, onde a empresa privatizada é contratada e fica encarregada de finalizar a obra ajustada ao setor pública, fazendo com que a parceria seja produtiva para ambos os encarregados do contrato.

Ainda que a lei brasileira enquadre as PPP's como uma forma de concessão, elas se diferenciam das tradicionais no que se refere às fontes de remuneração do parceiro privado. Nas concessões tradicionais, a cobrança de tarifas é suficiente para remunerar o investimento. Já nas PPP's, surge a possibilidade para uma complementação de receitas por parte do setor público, de modo a tornar o empreendimento viável. (Brito, Silveira, 2005, p. 9).

A questão essencial e que justifica este Projeto de Lei, ou seja, a inovação em relação à legislação vigente, é que ele busca criar condições para a iniciativa privada implantar e/ou operar empreendimentos geradores de serviços de interesse público, de pequena ou nenhuma viabilidade econômica. Para viabilizar a participação da iniciativa privada, a administração pública passa a ter a possibilidade de complementar ou

integralizar a receita financeira desses empreendimentos e oferecer garantias dos pagamentos futuros. (Soares, Neto, 2004).

A duração do contrato deve ser estabelecida com base no tipo de ativo e na natureza do serviço, de modo que o investimento inicial feito pelo particular seja recuperado em um prazo adequado. O contrato deve ser suficientemente longo para que o setor privado tenha o incentivo de investir em material, equipamentos e tecnologia, além de adotar uma gestão de serviços que otimize os custos ao longo da vida útil do projeto. (Brito, Silveira, 2005, p. 13).

Nessa conjuntura com o contrato formalizado a empresa privada tem a necessidade de conceber maneiras para que o projeto seja bem sucedido. Dependendo da natureza do contrato é necessária uma infraestrutura adequada, com aparelhos e contratação de mão-de-obra apropriada, para que se obtenha lucros e a parceria seja realizada de forma correta.

As PPP são, em geral, referenciadas como um instrumento adequado quando se pretende adotar políticas mais descentralizadoras que visam mitigar o problema das falhas de mercado e promover a coordenação estratégica entre empresas e/ou entre outras instituições (Stiglitz e Wallsten, 2000). Podemos aplicar às PPP, os conceitos de aprendizagem coletivas e os efeitos positivos decorrentes dessa aprendizagem, a capacidade de firmas e instituições (Pralhad e Hamel, 1990), (Foss e Knudsen, 1996).

Em vista dessa parceria formalizada ela poderá fornecer estratégias e soluções no desenvolvimento econômico e social de ambos os setores. Partindo de ideais conjuntas e de aprendizagem coletiva, para soluções de problemas pertinentes que afetam a toda a população, como desemprego, desigualdade social e outros quesitos de importâncias sancionadas, que necessitam da intervenção e auxílio do setor público.

O pagamento do parceiro público ao parceiro privado acontece ao longo da existência do projeto (ou seja, em quanto ele durar), iniciando-se na fase de operação. Na fase de construção o investimento é financiado pelo parceiro privado. (Correia, 2015, p.11). Significando que o setor público participa como princípio ativo nas negociações na iniciação dos projetos, e o setor privado se responsabiliza pela construção do projeto já formalizado, sendo responsável por maquinação, mão-de-obra, capacitação, dentre outros.

As PPP's, em geral, são referenciadas como um instrumento adequado quando se pretende adotar políticas mais descentralizadoras que visam mitigar o problema das falhas de mercado e promover a coordenação estratégica entre empresas e/ou entre outras instituições (Stiglitz e Wallsten, 2000). Podem ser vinculados às PPP, os conceitos de aprendizagem coletivas e os efeitos positivos decorrentes dessa aprendizagem, a capacidade de firmas e instituições (Pralhad e Hamel, 1990), (Foss e Knudsen, 1996).

2.2 VANTAGENS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

As PPP's se tornam vantajosas por se tornar uma grande fonte de renda e mudanças sociais, já que os locais escolhidos para a parceria se beneficiarão com empregos disponíveis para toda a população. Possibilitando rendas lucrativas para todo o Estado, com boa aplicação e finalização do projeto. Onde o setor privado ficará encarregado de cumprir com o projeto, para que os dois entes se beneficiem com a parceria.

É neste sentido que uma repartição de riscos baseada na melhor aptidão para gerenciá-los, bem como os serviços que são melhorados através da competência do ente privado, gera ganhos positivos para o desenvolvimento do Estado. E como tal não deve menosprezar as vantagens que uma PPP proporciona, como por exemplo: compartilhamento de riscos, flexibilidade do contrato, garantias na prestação do serviço, otimização de tempo e custos, possível partilhas dos ganhos financeiros, dentre outros. (Silva, 2016, p.39).

Diante de todo o exposto até o momento, torna-se relevante ressaltar que em se tratando do parceiro privado não será apenas aceita a cooperação de empresas nacionais, mas dos demais países também, contanto que possua filial brasileira. Isto se verifica na própria Lei das PPP's que em seu artigo 11, inciso III, destaca que os mecanismos de resolução de conflitos se darão no Brasil e em língua portuguesa, o que por sua vez sugere a participação de entidades estrangeiras na celebração do contrato de tais parcerias. (Silva, 2016, p.36).

Significando que os órgãos públicos terão capacidade de encontrar parceiros privados nacionais e internacionais, aumentando suas chances de expansão econômica, com a possibilidade de mais projetos, colaborando com o desenvolvimento do país. Tornando possível evoluções positivas para toda a sociedade brasileira.

Nesse contexto, as parcerias não devem ser confundidas com as privatizações. Embora resultantes de um mesmo processo de reforma e modernização do Estado, as privatizações implicam a alienação de ativos públicos ao setor privado, enquanto nas PPP's ocorre o inverso: ao término do contrato, a infraestrutura implementada é transferida ao setor público. (Brito, Silveira, 2005, p. 9).

Como principais vantagens deste modelo, as PPP's trazem para os projetos públicos, as competências e a eficiência privada (partindo do princípio que a gestão privada é mais eficiente do que a gestão pública), e com isso reduzindo custos e alcançando o mesmo nível de serviço e qualidade. Esta redução de custos, passa pela melhor qualidade de projetos, melhores níveis de eficiência, inovação e menor propensão para desvios na construção de infraestruturas (Kateja, 2012).

Os custos investidos nessas parcerias é uma vantagem essencial para as esferas públicas e privadas, já que as duas esferas aplicam recursos, muitas vezes de valores altos, que não teriam como ser alcançados sozinhos. Reduzindo por sua vez, custeios que seriam necessários em projetos futuros, possibilitando atividades capacitadas, avançando por sua vez no desenvolvimento regional.

Em contraste com essa visão dicotômica, há uma tendência mundial de conciliação de interesses públicos e privados em projetos de alto impacto. As chamadas parcerias público-privadas (PPPs) visam aumentar o alcance e a magnitude das ações do governo, aproveitando-se das competências de execução do setor privado. As PPPs diferem de outras formas de aquisição de serviços públicos por sua natureza cooperativa e de divisão de riscos. Seu conceito é difuso e varia de acordo com a legislação do país em estudo (Thamer, Lazzarini, 2015).

Estudiosos da prática (PPP's) constatam que o modelo traz benefícios para ambos os setores, por meio da possibilidade de ganhos de eficiência e atração de capital de risco (Grimsey e Lewis, 2005), redução de incertezas de longo prazo (Van Ham e Koppenjan, 2001), desenvolvimento de novos produtos e serviços (Hodge e Greve, 2007), estímulo ao empreendedorismo e inovação (Klein et al., 2010), complementação de capacidades (Rangan, Samii e Van Wassenhove, 2006) e maior respeito a orçamentos e cronogramas, normalmente pouco confiáveis em processos tradicionais de aquisição do poder público (Grimsey e Lewis, 2004).

Outro enfoque relevante é o da ineficiência na gestão de recursos financeiros por parte do governo, especialmente em virtude da corrupção, que passa a ser consideravelmente reduzida ao se dividir responsabilidades com o ente privado. Em outras palavras, infelizmente a provisão de serviços públicos em países em desenvolvimento é historicamente impregnada por corrupção (Bertrand et al., 2007). Todavia, com a aplicação das PPP's ficou ao longo do tempo vislumbrado, uma redução de desvios dos recursos governamentais e a potencialização dos bens e serviços públicos, o que por se já eleva as chances de evolução do país e de sua sociedade.

Logo às PPP's são consideradas vantajosas pelo seu nível reduzido de gastos, já que a renda e os dispêndios são divididos entre as duas esferas. Tornando possível, por sua vez, um investimento transparente, o que auxilia na diminuição das falhas governamentais e das anormalidades na utilização dos provimentos públicos, considerando que o dinheiro investido é fracionado com o parceiro privado. Como desfecho, deve ser destacado que as parcerias podem ser encontradas em diferentes setores, com diferentes parceiros (incluindo estrangeiros), aumentando a gama de oportunidades e vínculos para os projetos que forem criados.

2.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

A dificuldade de o governo oferecer garantias reais (incorporadas nos contratos) para os investidores privados representa uma das principais barreiras para o desenvolvimento das PPP's, especialmente em projetos não autossustentáveis, ou seja, que dependam da alocação de recursos orçamentários em longo prazo (Grilo et al., 2004).

Além disso, quando o governo sinaliza que não tem ou não apresenta garantias concretas no contrato (que o projeto vai ser bem desenvolvido), possuindo apenas planos que podem ou não ser bem sucedidos, se torna pouco atrativo para o setor privado assumir a parceria. Logo, se faz necessário, por parte do setor público, sempre apresentar um bom planejamento, com pesquisas voltadas para o local onde o projeto vai ser finalizado, para demonstrar se o mesmo será viável economicamente, para que os setores não percam seus investimentos e o capital privado seja estimulado a participar.

A falta de especificação consistente sobre a quem caberá o investimento que não for feito pelo Estado constitui outro desafio. Não fica claramente limitado ao sistema financeiro privado a captação de recursos para o financiamento de PPPs. Diversos projetos, anunciados pelo Ministério do Planejamento, quando da divulgação dos contratos de PPPs, seriam financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou por fundos de desenvolvimento regionais — portanto, por dinheiro público. Aumentando, assim, a importância dos provedores de fontes para investimentos de longo prazo, como o próprio BNDES. (Périco, Rebelatto, 2005, p. 1040).

Como complemento, deve ser salientado que os empreendimentos das PPP's, normalmente, exigirão verbas orçamentárias por parte do Estado. Entretanto, comumente é muito difícil dimensionar o montante necessário ao longo da vida da concessão e como ficarão os ganhos de produtividade subsequentes. Assim, o conceito de equilíbrio econômico-financeiro tem balizado e arbitrado a efetivação ou não dos contratos de PPP's, sendo conveniente para o governo sempre estabelecer uma metodologia prévia para nortear essas decisões. (Bonomi, Malvessi, 2004, p. 28).

No geral, a impossibilidade de precisão que o dinheiro investido pelo Estado, não poderá ser devolvido integralmente futuramente, desafia os orçamentos públicos, já que não poderão determinar a quantidade de dinheiro gasto e recuperado pelo governo. Isso, se torna um empecilho para que vários segmentos produtivos obtenham mais projetos e parcerias, já que os gestores públicos não podem arriscar recursos governamentais, uma vez que, os gastos investidos podem não ser bem retornados futuramente, impossibilitando, por sua vez, no desenvolvimento das regiões que precisam de projetos públicos para a população.

Por fim, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não permite o endividamento a longo prazo do erário público. Dessa forma, fica criado o obstáculo legal que impede que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financie obras públicas, diretamente com agências públicas. Considerado isso, ressalta-se a relevância que o BNDES passa a ter nos contratos de PPP's. O que deve ser observado e enaltecido é o fato de a iniciativa privada, a partir da obtenção do financiamento do BNDES, não repassar um custo muito elevado para o Estado e para a sociedade. (Périco, Rebelatto, 2005, p. 1041).

Outra questão relevante, mais específica que a anterior, é a referente à definição do projeto de empreendimento, objeto do contrato. Observa-se, no projeto de lei, a ausência de especificações e detalhamentos a esse respeito. As especificidades técnicas do empreendimento devem ser declaradas pela administração pública para que, então, a iniciativa privada desenvolva o projeto. Não há indicativos no projeto de lei que determinem que os projetos devam seguir somente essas especificidades. A dificuldade surgirá na avaliação dos mesmos, uma vez que inúmeras empresas poderão participar do certame apresentando projetos diferenciados, com especificidades nem sempre demandadas ou desejadas. Torna-se tarefa complexa comparar projetos e selecionar a empresa adequada, uma vez que as propostas sejam diferentes. A discricionariedade do administrador público será fator decisivo. (Périco, Rebelatto, 2005, p. 1040).

Assim, segundo Grilo et al. 2004, os principais desafios para a implementação do programa brasileiro de Parceria Público-Privada envolvem:

- austeridade fiscal: consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, aspecto fundamental para a manutenção de um ambiente macroeconômico favorável;
- estrutura legal: inflexibilidade dos contratos demanda um arcabouço legal que proporcione clareza e segurança jurídica aos contratos de parcerias, harmonizando-os com as leis existentes. Em paralelo, conscientizar o poder judiciário sobre mudanças nas leis;
- avanço institucional: redução da discricionariedade do poder executivo e da captura política das agências reguladoras. Definir um novo modelo para as agências reguladoras. Estimular a cooperação entre agentes reguladores e o setor privado. Coordenar ações para simplificar o trâmite dos projetos para obtenção de aprovação ambiental.

Portanto as PPP's ainda apresentam algumas dificuldades, para se obter notáveis desenvolvimentos e resultados aos projetos que forem elaborados, onde cabe aos setores a decisão de iniciar ou não às parcerias. Visto que o dinheiro investido não poderá ser previsto, já que o lucro é concedido no decorrer do projeto. Além de problemas com austeridade fiscal, estrutura legal e avanços institucionais.

3 METODOLOGIA

Esse trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, balizada pela referência de vários autores e obras científicas, para composição do seu referencial teórico. Obtendo análises de temas sobre as Parcerias Público-Privadas no Brasil, vinculadas a abordagem das principais características, vantagens e desafios das PPP's.

Quando a natureza a pesquisa pode ser classificada como descritiva e exploratória. Exploratória, pois, foi feito um estudo em um ambiente de caso, para identificar o funcionamento e o trabalho desenvolvido no local. E descritiva, pois, foi feito um levantamento de dados no local de estudo, com relação ao desenvolvimento da cidade de Sumé-PB.

Sobre a abordagem do problema, a pesquisa se identifica como qualitativa. Qualitativa, pois, os resultados atingidos e sua interpretação foram relacionados com aspectos subjetivos, com observação das respostas dos entrevistados.

Quanto aos métodos para coleta de dados, foi elaborado entrevistas com os responsáveis da PPP (do Centro de Confecções Maria de Melo Pereira), onde foi aplicado perguntas com relação ao funcionamento da parceria, sua iniciação e seus benefícios para a população, sendo composto por gravação de suas conclusões. Junto com a utilização de um questionário, aplicado com os funcionários desse local de estudo, estruturado através do formato impresso, para obtenção de suas devidas resoluções, com perguntas relacionadas com a mudanças em suas vidas profissionais e pessoais, após a contratação das mesmas no ambiente estudado.

As entrevistas foram realizadas com o Secretário de Assistência Social do município de Sumé-PB e com o atual responsável pelo empreendimento da S/A Confecções, localizado no Centro de Confecções (local de estudo). Para melhor compreensão dos efeitos da PPP, também foram aplicados questionários com as 6 (seis) atuais colaboradoras (funcionárias) do centro.

A entrevista com o Secretário do município foi ratificada no dia 4 de abril de 2024 (em seu próprio local de trabalho), sendo realizada a entrevista presencialmente. Já a entrevista com o responsável da S/A Confecções, foi realizada no dia 1 de maio de 2024 (no Centro de Confecções Maria de Melo Pereira, local de estudo), também de forma presencial. Já os questionários aplicados com os colaboradores foram realizados no dia 1 de maio de 2024, composto de forma impressa (no mesmo local de estudo), entregue a cada um dos funcionários para obtenção de suas respostas no mesmo dia de aplicação.

Distingue-se que todos os respondentes prontamente se voluntariaram, sem interferência direta da pesquisadora, para obtenção dos resultados. Onde a mesma estava apta apenas para sancionamento de dúvidas, sobre as perguntas com relação à pesquisa.

4 ANÁLISE E RESULTADOS DO ESTUDO DE CASO

Os resultados apresentados nessa seção, foram decorrentes das entrevistas auferidas com os responsáveis pela Parceria Público-Privada (PPP) que propiciou a implementação do Centro de Confeções Maria de Melo Pereira, bem como, com os beneficiários diretos (funcionárias). Para isso, foram aplicados questionários com o Secretário de Assistência Social do município de Sumé, com a diretoria e com todas as costureiras que atuam na empresa S/A Confeções.

4.1 ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO

A entrevista realizada com o Secretário de Assistência Social do município de Sumé-PB, Edson Francisco Alves Cavalcante, ocorreu no dia 4 de abril de 2024 nas dependências da própria secretaria. Durante toda a entrevista foi observado que o Secretário não expressou nenhuma dificuldade em responder as perguntas efetivadas sobre o tema, sendo bastante enfático e convicto em suas respostas. No quadro 1 apresentado, foi exposto a primeira pergunta e resposta concedida pelo mesmo, relacionado a funcionalidade da parceria.

Quadro 1 - Funcionamento da Parceria

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
1. Como funciona a parceria com a S/A Confeções no centro de Confeções Maria de Melo Pereira?	<i>“A gente monta todo o processo né, todo o espaço, além do espaço a gente qualifica. Agora a única obrigação dá instituição, é que essas pessoas que sejam contratadas pela empresa, sejam totalmente de Sumé, não podem ser pessoas que não sejam de Sumé”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Considerando o exposto, pode ser constatado na resposta do Secretário que a Prefeitura Municipal de Sumé-PB foi responsável pela oferta do espaço físico e pela promoção dos cursos de qualificação para os profissionais que seriam contratados pela empresa. Em contrapartida, todos os funcionários empregados deveriam ser munícipes de Sumé, permitindo desse modo a geração de empregos diretos para o município e conseqüentemente a ampliação da renda local.

A segunda indagação foi atrelada aos métodos utilizados para a fomentação da parceria, ou seja, quais foram os incentivos utilizados pela Prefeitura Municipal de Sumé-PB para atrair e/ou estimular a empresa de S/A Confeções a ambicionar participar da Parceria Público-Privada (PPP), uma vez que os investimentos efetivados representavam custos e riscos para o

setor privado, sobretudo, em uma região que historicamente não é caracterizada como um polo de confecções nem regional, nem estadual e nem local.

Quadro 2 - Métodos Utilizados para Criação da Parceria

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
2. Quais foram os métodos (ou fatores) utilizados pela prefeitura para atrair a S/A Confecções como parceira?	<i>“Eles tinham uma demanda profissional e de espaço, aí a Prefeitura para incentivar a instalação dessa empresa qualificou e estruturou o espaço, e cedeu. Tudo baseado na legislação, que a gente sabe que existe uma legislação PPP's, e também tem a questão da licitação, mas esses foram os atrativos. Além de tudo, existem incentivos fiscais, tem o ISS, essas empresas são isentas justamente para elas terem menos despesas, menos custos no ramo de atividade delas”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Ponderando a resposta do Secretário é possível constatar que os principais incentivos ofertados pela Prefeitura Municipal de Sumé-PB foram a infraestrutura, a capacitação da mão-de-obra e os incentivos fiscais. Desse modo, empiricamente o espaço físico foi restaurado pelo governo local (eliminado os custos para a empresa), os funcionários receberam cursos profissionalizantes disponibilizados por instituições públicas (evitando dispêndios para a empresa) e a empresa foi isenta do Imposto Sobre Serviços (ISS), diminuindo os gastos tributários com a operacionalização do empreendimento.

Como terceiro aspecto foi questionado a contrapartida exigida pela Prefeitura Municipal de Sumé-PB a empresa de S/A Confecções, tanto em termos benefícios sociais como econômicos. A resposta se encontra no quadro seguinte.

Quadro 3 - Benefícios Fornecidos ao Município pela Parceria

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
3. Quais são as metas da parceria em termos de benefícios sociais e econômicos para o município?	<i>“Hoje a gente tem cinco parcerias, então a nossa perspectiva é que a gente conseguisse pelo menos empregar cinquenta mulheres durante esses quatro anos, dentro dessas parcerias. Aí a gente conseguiu empregar mais, se não me engano estamos com sessenta e duas. Então acho que a S/A tem dezoito, que é o limite deles, acho que eles estão com o limite máximo, mas a ideia era justamente fazer com que essas pessoas perdessem a dependência do bolsa família e tivessem autonomia a partir das suas atividades”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Analisando a resposta do Secretário, é possível identificar que além da parceria com a empresa S/A Confecções, o município de Sumé-PB possui outras quatro PPP's atrelados a

outros segmentos produtivos. O foco das PPP's é a promoção de mudanças econômicas e sociais na vida dos municípios, com metas de empregabilidade, majoritariamente, destinadas a mulheres de baixa renda, dependentes do bolsa família, possibilitando por sua vez autonomia financeira na vida das mesmas. Destaca-se que segundo o Secretário, as PPP's estão auferindo resultados acima do estipulado, já que eram esperados a criação de 50 (cinquenta) empregos e foram criados 62 (sessenta e dois), ou seja, demanda laboral efetiva acima do potencial.

Como quarto questionamento, foi perguntado ao entrevistado sobre o tempo de duração da parceira. A resposta se encontra no quarto quadro.

Quadro 4 - Tempo da Parceria

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
4. Qual a estimativa de duração dá parceria?	<i>“A parceria é por tempo indeterminado, a gente sabe que existe um contrato de quatro anos, mas a intenção da gestão é que, (isso também vai depender de gestão para gestão né), mas a intenção dessa gestão é permanecer com essas parcerias por tempo indeterminado”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Segundo o entrevistado a parceira com a empresa S/A Confecções é legislado com a Prefeitura Municipal de Sumé por um contrato de 4 (quatro) anos, porém existem cláusulas que possibilitam a expansão do mesmo. Além disso, considerando as contribuições econômicas e sociais que essa PPP's pode proporcionar a cidade, se vislumbra a intensão da gestão municipal na continuação por tempo indeterminado (a depender da permanência do atual grupo política à frente da gestão local).

Como continuidade da entrevista, foi questionado ao Secretário sobre o impacto na arrecadação tributária (como, ISS e taxas). A resposta está exposta no quadro subsequente.

Quadro 5 - Aumento na Arrecadação Tributaria

PERGUNTA	RESPOSTA DO INTREVISTADO
5. Houve aumento na arrecadação tributária municipal? Em que proporção e em quais tributos (Exemplo: ISS, taxas, etc.)?	<i>“ISS em relação aos planos de atividade elas não tem aumento, porque elas são isentas né, tem esse incentivo fiscal. E as outras eu não consigo te responder porque aí só com o setor de tributos mesmo”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Ao ser questionado sobre mudanças na arrecadação tributária do município, o entrevistado respondeu apenas sobre o ISS, já que só tinha conhecimento sobre esse montante (apesar de não expor). O Secretário mencionou novamente que o valor do ISS não é cobrado

pela Prefeitura, sendo utilizado como um benefício (subsídio fiscal), para incentivar a formação da parceria com a empresa S/A Confeccões. De modo evasivo, o gestor mencionou que todos os valores específicos sobre arrecadação poderiam ser encontrados no Setor de Tributos. Com o intuito de complementar a resposta do Secretário, a pergunta foi redirecionada aos funcionários do Setor de Tributos, sendo feita de forma remota e enviada pelo *WhatsApp* oficial da Prefeitura no dia 23 de abril de 2024, porém, nenhuma resposta até a finalização da pesquisa foi recebida.

Para aferir os resultados da parceria, também foi perguntado ao Secretário de Assistência Social se a criação do Centro de Confeccões proporcionou visibilidade para a resolução de novos contratos e junções com outros empreendimentos. A resposta está exposta no quadro 6.

Quadro 6 - Busca por Novas Parcerias

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
6. O Centro de Confeccões contribuiu com o aumento da procura de novos investidores e empreendimentos para o município?	<i>“Sim, além do centro de Confeccões a gente tem mais cinco. E a gente já está adaptando outro imóvel, que era um imóvel que estava inutilizado, porque também já tem a perspectiva de mais três empresas vindo”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

O Secretário respondeu que sim, o Centro de Confeccões trouxe visibilidade para novas parcerias. Com o município, no presente, já contando com 5 (cinco) parcerias já formalizadas e em funcionamento, e com a pretensão de ampliar ainda mais, com estimativa de mais 3 (três) empreendimentos novos para funcionalidade na cidade de Sumé-PB. O mesmo ainda informou da intenção da Prefeitura de reformar um local para adaptação e atuação desses novos parceiros.

Como última indagação (e complementando a resposta anterior) foi questionado ao Secretário, com relação de investimentos futuros, para ampliar ainda mais a parceria com a empresa S/A Confeccões. Resposta presente sétimo quadro.

Quadro 7 - Ampliação da Parceria

PERGUNTA	REPOSTA DO ENTREVISTADO
7. Existe previsão de investimentos futuros para ampliar a parceria? Se sim quais?	<i>“Sim, na estrutura né, como falei, a gente está preparando. Todas essas empresas que a gente tem, além da S/A, todas elas têm investimento público, em relação a reforma, em relação a aquisição de equipamentos”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Foi informado pelo Secretário que sim, pois, diante dos resultados a parceria não tem previsão de termino. Proporcionando por sua vez mais investimentos públicos no Centro, para

ampliação do mesmo, seja com relação a mais reformas ou mais equipamentos. Investindo ainda mais para atender as necessidades de seu parceiro, para continuidade da PPP e disponibilização de ainda mais empregos para os cidadãos de Sumé-PB.

4.2 ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL DA S/A CONFECÇÕES

Nessa seção a pesquisa segue para o segundo ponto de análise, a entrevista com o responsável pela empresa S/A Confecções, que tem seu empreendimento localizado no Centro de Confecções Maria de Melo Pereira, na cidade de Sumé-PB. A entrevista no local de estudo, no dia 1 de maio de 2024, com perguntas relacionadas ao seu funcionamento.

A primeira pergunta, foi direcionada sobre o volume de investimentos aplicados no empreendimento pela empresa. Resposta exposta no quadro subsequente.

Quadro 8 - Investimentos da Empresa

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
1. Qual o total de investimentos que a empresa aplicou para a criação do Centro de Confecções Maria de Melo Pereira?	<i>“Eu vim para cá com o conhecimento, e agregar valores nessa questão de abrir a empresa, de ficar tudo certinho com a taxa de bombeiros, com o funcionário, contratar os funcionários. Então essa parte de preparação do ambiente foi tudo por conta da Prefeitura. A gente abriu nossa empresa aqui, nasceu aqui em Sumé, foi criada aqui, e a gente entrou com a parte de capital de giro”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Observando a resposta do Empreendedor é possível identificar que a empresa foi criada no município de Sumé-PB, e que todos os investimentos promovidos para a criação do Centro de Confecções Maria de Melo Pereira foram advindos do governo municipal. Em contrapartida, a S/A Confecções ficou responsável pela contratação dos funcionários e pelos provimentos iniciais, como o capital de giro (ou seja, todos os recursos financeiros necessários para que a empresa consiga funcionar regularmente, se configurando como a parte do investimento total que fica resguardada para o pagamento de custos e despesas no decorrer do tempo).

O segundo questionamento foi relacionado ao número de contratações diretas e indiretas que foram geradas pela parceria. A resposta está disposta no quadro 9.

Quadro 9 - Empregos Fornecidos pela Parceria

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
2. Qual o número de empregos diretos e indiretos que foram gerados através dessa parceria?	<i>“Começamos aqui com dez. E chegamos a ter dezessete diretos e nove indiretos. O que são esses nove indiretos? parte das peças que são feitas aqui, eu mandava para casa, pro pessoal. O pessoal começava a fazer ela aqui, terminando, eu mandava para a casa do pessoal, então em geral esses nove empregos indiretos. E aqui a gente chegou a ter até dezessete pessoas. Hoje aqui está com seis, mas aí estamos vendo a possibilidade de contratação, inclusive na próxima semana a gente já vai contratar”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Ao mencionar sobre as contratações o Empreendedor aponta que a parceria começou com o número de 10 (dez) funcionários, mas com o decorrer do funcionamento da PPP se fez necessário a contratação de 17 (dezessete) pessoas diretas e 9 (nove) indiretas. O mesmo relata que as 9 (nove) indiretas eram costureiras que trabalhavam em casa, onde as peças eram iniciadas pelo pessoal no centro, e enviadas para finalização na casa dessas costureiras. Todavia, atualmente o centro se encontra com apenas 6 (seis) funcionários, com previsão de mais contratações.

Como ressalva, esse número, representa uma desconexão da informação mencionada pelo Secretário de Assistência Social, já que o mesmo menciona que o centro possui 18 (dezoito) funcionários, alcançando seu limite máximo (como exposto no Quadro 3).

Como interação a pergunta anterior, foi questionado também ao responsável pela empresa S/A Confecções sobre os valores pagos a esses funcionários, com sua resposta presente no Quadro 10.

Quadro 10 - Valor pago aos Funcionários

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
3. Qual o valor de salário médio pago aos funcionários?	<i>“Olha o salário deles varia muito com a produção, hoje a gente paga aqui por produção. Por operação de máquina, o que eles fazem aqui, a gente calcula e faz o pagamento. Dá entorno aí, entre oitocentos a mil e duzentos reais. Essa questão de salários é um pouco indireta, não tem como eu te falar um valor fixo por conta da produção, vai muito do que o funcionário produzir”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Com relação ao pagamento de seus funcionários o Empreendedor menciona que é feito proporcional a produção, ou seja, as costureiras fazem as peças com o maquinário ofertado pelo centro, onde serão pagas pela quantidade de peças que forem finalizadas. Podendo variar de R\$ 800,00 até R\$ 1.200,00 reais, dependendo da produção final de cada funcionária. Impossibilitando por sua vez um valor fixo do que realmente é pago as mesmas.

Foi questionado também ao Empreendedor sobre as peças que eram produzidas no centro, contendo sua resposta no Quadro 11.

Quadro 11 - Peças Produzidas no Centro de Confeções

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
4. Quais as peças que são produzidas no Centro de Confeções?	<i>“A gente hoje está trabalhando com bermudas de diversos tecidos, a gente só não trabalha com jeans. Mas a gente trabalha com linho, com tadel, com microfibrã nessa parte de bermudas, que são modelos mauricinho. E com camisas sociais, com tecidos tricoline, viscolinho, tecido de algodão, algodão com estampa, manga longa e manga curta”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

O Empreendedor relata que as peças produzidas no Centro de Confeções são camisetas sociais e bermudas “mauricinho”, com variedade de tecidos e tamanhos. As bermudas possuem tecidos como linho, tadel e microfibrã. Já as camisetas de manga longa e curta, podem ser encontradas com tecidos tricoline, viscolinho e tecidos de algodão, oferecendo assim, uma grande variedade para seus compradores.

Igualmente foi questionado ao Empreendedor a quantidade de peças produzidas e seus compradores, com sua resposta presente no Quadro 12.

Quadro 12 - Quantidade de Peças Produzidas e Compradores

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
5. Qual a quantidade dessas peças? e para onde são vendidas?	<i>“Hoje a gente tem uma produção na parte de camisa social em torno de mil peças por mês, é um pouco mais complicado, a gente tem um pouco de dificuldade, e tá nessa meta aí de mil peças por mês. A parte de bermudas é quatro mil peças por mês a meta da gente é essa. E a camisa social ela é vendida para São Paulo e a bermuda para Santa Cruz”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Segundo o entrevistado as peças produzidas no Centro de Confeção são vendidas para a cidade de São Paulo e Santa Cruz do Capibaribe-PE. Com estimativa das camisas sociais na quantidade de 1.000 peças produzidas por mês (sendo essa quantidade menor por ser mais complicada na produção), destinadas majoritariamente para atravessadores e lojistas de São Paulo. Já as bermudas totalizam 4.000 peças por mês, sendo vendida para Santa Cruz-PE.

Também foi indagado ao Empreendedor sobre os cursos profissionalizantes fornecidos pela prefeitura e se o ajudaram na contratação de seus funcionários. Resposta exibida no quadro 13.

Quadro 13 - Contratação pelos Cursos Profissionalizantes

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
6. Os cursos profissionalizantes fornecidos pela prefeitura contribuirão na contratação dos atuais funcionários?	<i>“Com certeza, os cursos contribuirão bastante, a gente precisava vim para cá com o pessoal que tivesse um pouco de conhecimento, não quer dizer que o curso vai tornar o profissional a ponto de linha, a ponto de dar muita produção, mas a gente precisava que eles tivessem pelo menos o conhecimento básico, para a gente poder da continuidade aqui”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

O Empreendedor relatou que sim, os cursos profissionalizantes disponíveis pela prefeitura foram de bastante ajuda para capacitar seus funcionários. O mesmo cita que era necessário para funcionamento do Centro de Confecções pessoas aptas para desenvolver ao menos o básico (algo difícil na região, em virtude da baixa qualificação da mão-de-obra).

Foi questionado ao empreendedor sobre os benefícios proporcionados para a empresa S/A Confecções a partir da parceria com a Prefeitura de Sumé. Resposta disposta no quadro 14.

Quadro 14 - Benefícios da Parceria para a Empresa

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
7. De que forma a empresa se beneficiou com essa parceria?	<i>“A empresa, eu falo que ela não tinha nascido se não fosse o apoio político, o apoio da prefeitura, desde do início a prefeitura se dispõe muito de boa vontade, de muito interesse para nos instalar aqui. Na época a gente precisava de um espaço e de algumas máquinas, que foi tudo concedido pela prefeitura, inclusive tinham algumas máquinas que estavam paradas em alguns galpões e conseguiram para a gente...”</i>

Fonte: Autora, 2024.

O entrevistado citou que a parceria foi de muita importância para seu empreendimento, uma vez que, a Prefeitura de Sumé sempre mostrou muito interesse em sua instalação no Centro de Confecções. Ele comentou sobre suas necessidades no início do projeto, como espaço e maquinário, onde foi tudo disponibilizado pela Prefeitura para seu funcionamento.

Como desfecho, foi questionado ao Empreendedor sobre a possibilidade de novas contratações e investimentos futuros para ampliação do empreendimento. Resposta exposta no Quadro 15.

Quadro 15 - Contratações e Investimentos Futuros

PERGUNTA	RESPOSTA DO ENTREVISTADO
8. É previsto mais contratações de funcionários ou novos investimentos de	<i>“Sim, sim, essa questão dos funcionários é aquilo que falei para você, acredito que na próxima semana estamos contratando, na segunda semana de maio, pelo menos vinte pessoas diretamente, então assim provavelmente se tem contratação vai ter mais investimento e mais ampliação. Mas assim, a gente precisa primeiro contratar e capacitar,</i>

ampliação do empreendimento?	<i>a peça da gente a pessoa tem que se acostumar a fazer, não é uma peça fácil, é uma peça que requer qualidade, passa por uma inspeção de controle de qualidade, então requer um pouquinho de cuidado”</i>
------------------------------	---

Fonte: Autora, 2024.

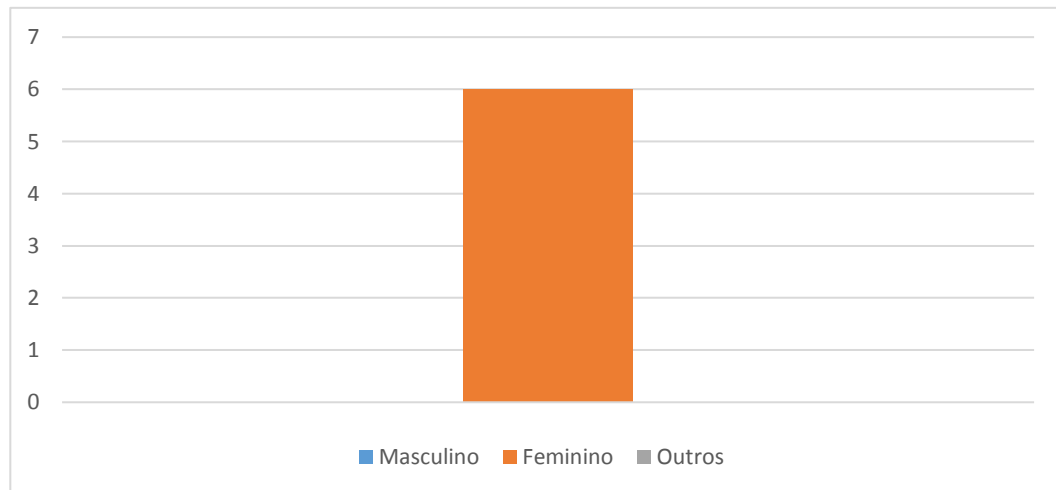
O entrevistado relatou que é previsto mais 20 (vinte) contratações de funcionários (no presente, a empresa só possui seis), para permitir a ampliação do negócio. No entanto, todos os novos funcionários precisam estar qualificados para exercer suas atribuições (para que consigam lidar de forma eficiente), em decorrência do difícil manuseio das peças produzidas para venda nos mercados paulista e pernambucano (todas as peças passam por um controle de qualidade antes de serem vendidas).

4.3 QUESTIONÁRIO COM OS FUNCIONÁRIOS

Nessa terceira seção foram analisados os resultados dos questionários disponibilizados as funcionárias do Centro de Confecções Maria de Melo Pereira. A entrevista ocorreu no dia 1 de maio de 2024, de forma impressa, com as 6 (seis) funcionárias contratadas pela empresa S/A Confecções respondendo de forma direta aos questionamentos realizados.

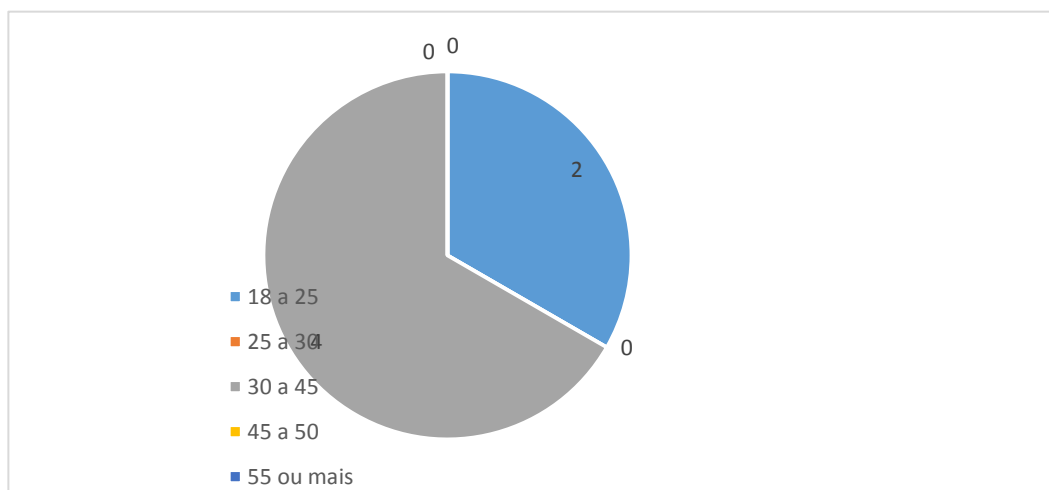
O questionário foi composto por 3 (três) perguntas fechadas, direcionadas a demonstrar o perfil das operarias e 5 (cinco) abertas, voltadas a apresentar as possíveis mudanças sociais e econômicas provenientes com suas contratações pelo Centro de Confecção.

Analisando as respostas obtidas pelos questionários, é possível identificar que todos os funcionários do Centro de Confecções Maria de Melo Pereira são do gênero feminino, fato já esperado, uma vez que pelas peculiaridades atribuídas as profissões envolvidas (modelista, talhadeira, costureira, revisora, dentre outras), granjeiam historicamente mais mulheres do que homens em toda a cadeia produtiva.

Gráfico 1 - Gênero dos Funcionários

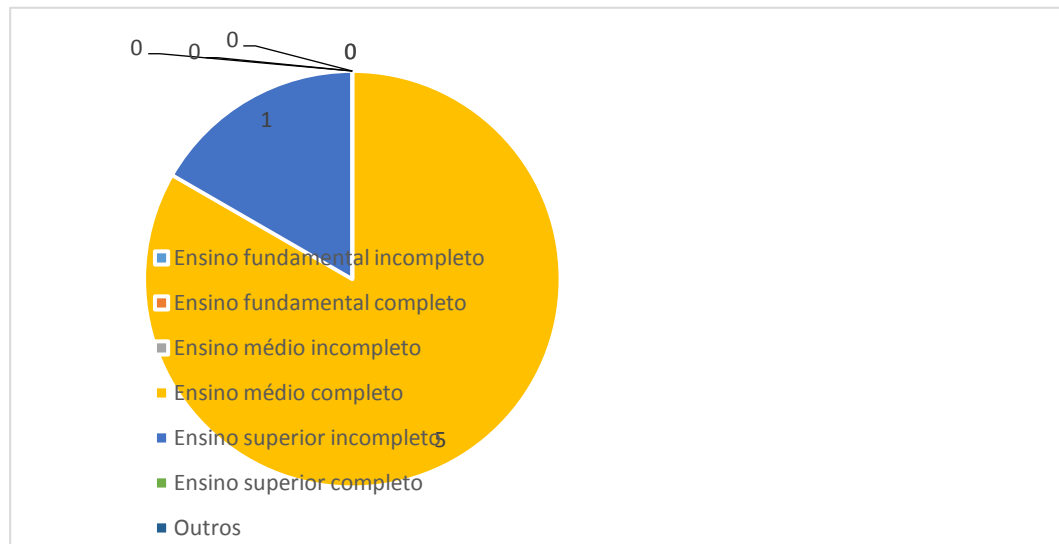
Fonte: Autora, 2024.

Em termos de idade, a maioria das funcionárias (66,67%) possuíam entre 30 a 45 anos e apenas 33,33% se posicionavam entre 18 a 25 anos de idade. Esse também é um resultado esperado, em decorrência das mudanças no mercado de trabalho (indústria 4.0 e à robotização) e no segmento (pouco atrativo em termos de remuneração), fazendo com que cada vez menos jovens tenham interesse pelas profissões envolvidas.

Gráfico 2 - Idade dos Funcionários

Fonte: Autora, 2024.

Com relação a escolaridade também foi confirmado o baixo nível de formação, bastante comum nos profissionais envolvidos nesse setor econômico. Em números, 83,33% possuíam o ensino médio completo e 16,67% tinha o ensino superior incompleto. Em outras palavras, não havia nenhuma funcionária com nível superior ou pós-graduação.

Gráfico 3 - Escolaridade dos Funcionários

Fonte: Autora, 2024.

Como mencionado no início dessa seção, o questionário também contou com 5 (cinco) perguntas abertas, direcionadas a constatar os aspectos socioeconômicos dessas costureiras, sobretudo, as alterações proporcionadas em suas vidas depois de serem contratadas para trabalhar no Centro de Confeções Maria de Melo Pereira.

A primeira pergunta almejava compreender como foi a forma de seleção das funcionárias da empresa S/A Confeções, notadamente, se participaram de processo seletivo ou foram contratadas por indicação e/ou decorrentes de capacitação.

Quadro 16 - Como você foi selecionado(a) para trabalhar no Centro de Confeções Maria de Melo Pereira?

QUESTIONADOS	RESPOSTAS
Funcionária 1	<i>“Fui selecionada através de meus conhecimentos, fiz uma entrevista”.</i>
Funcionária 2	<i>“Através de entrevista e período de experiência”.</i>
Funcionária 3	<i>“Eu participei de um curso oferecido pelo Senai. Fiz uma entrevista e assim fui contratada”.</i>
Funcionária 4	<i>“Através de alguém que já trabalhava”.</i>
Funcionária 5	<i>“Entrevista e seleção após curso Senai”.</i>
Funcionária 6	<i>“Por indicação”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Ao responderem à pergunta de seleção para trabalhar no Centro de Confeções, 33,33% das funcionárias mencionaram ter sido selecionadas a partir da participação no curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que foi disponibilizado em parceria com a Prefeitura de Sumé. Outros 33,33% das funcionárias foram contratadas por indicação de pessoas que já trabalhavam na empresa. Por fim, 66,67% das funcionárias responderam ter sido

escolhidas por meio de entrevistas para contratação (desse total, a metade também tinha participado do curso de formação do SENAI).

Como complemento a pergunta anterior, foi indagado sobre a realização por parte dos responsáveis pelo PPP, de algum curso de capacitação (formação continuada) após a contratação e atuação na Empresa S/A Confecções.

Quadro 17 - Você participou de algum programa ou curso de aplicação após ser contratado(a) para trabalhar no Centro de Confecções Maria de Melo Pereira?

QUESTIONADOS	RESPOSTAS
Funcionária 1	<i>“Participei antes”.</i>
Funcionária 2	<i>“Não, participei antes de ser contratada”.</i>
Funcionária 3	<i>“Não. Fiz o curso antes, e após ser contratada aprendi e pratiquei mais a arte da costura”.</i>
Funcionária 4	<i>“Não”.</i>
Funcionária 5	<i>“Não”.</i>
Funcionária 6	<i>“Não”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

As funcionárias disseram que não participaram de nem um curso qualificante após suas contratações, sendo que 50% mencionam que fizeram antes de serem contratadas. E apenas uma relatou que após de sua contratação, aprendeu ainda mais sobre a arte da costura, porém, consequência das próprias atribuições realizadas cotidianamente na empresa.

Também foi questionado se as funcionárias trabalhavam em outro local, antes de suas contratações para o Centro de Confecções, e se sim, qual(is) a(s) motivação(ões) para saírem desses empregos.

Quadro 18 - Você já trabalhava em outro local antes do Centro de Confecções Maria de Melo Pereira? Se sim onde? E porque mudou de emprego?

QUESTIONADOS	RESPOSTAS
Funcionária 1	<i>“Sim, trabalhei no galpão das costureiras, sai por motivo de doença, e também trabalhei em casa”.</i>
Funcionária 2	<i>“Sim, galpão das costureiras na várzea redonda, por motivos de falta de transporte e salário”.</i>
Funcionária 3	<i>“Sim, trabalhei como cuidadora de idosos(a). Mudei de emprego em busca de melhorias e conhecimento”.</i>
Funcionária 4	<i>“Não”.</i>
Funcionária 5	<i>“Sim, em cooperativa. Melhoria de trabalho”.</i>
Funcionária 6	<i>“Não”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Analisando as respostas das funcionárias foi possível identificar que apenas 33,33% não trabalhavam e 66,67% já possuem alguma alocação remunerada antes de suas contratações pela

empresa S/A Confecções. Dentre as funcionárias que já trabalhavam, 1 (uma) era cuidadora, 1 (uma) estava vinculada a uma cooperativa e 2 (duas) como costureiras. Como motivação, todas relataram que deixaram seus antigos empregos em busca de melhor remuneração.

Também foi indagado as funcionárias sobre as melhorias geradas em suas vidas, após sua contratação para trabalhar no Centro de Confecções Maria de Melo Pereira.

Quadro 19 - Quais foram às melhorias (renda, qualidade de vida, etc.) geradas em sua vida depois dá criação do Centro de Confecções?

QUESTIONADOS	RESPOSTAS
Funcionária 1	<i>“Melhora na condição financeira da família.”</i>
Funcionária 2	<i>“Melhoria na renda, pois posso ter independência financeira, pois sei que terei um salário no fim do mês.”</i>
Funcionária 3	<i>“As melhorias foram ter uma renda própria, ter uma qualidade de vida melhor.”</i>
Funcionária 4	<i>“Uma renda certa, o aprendizado da costura e as amizades aqui dentro.”</i>
Funcionária 5	<i>“A renda aumentou e aprendi coisas novas e a mexer em novas máquinas.”</i>
Funcionária 6	<i>“Foi melhor, tive minha independência, e comprar minhas coisas sem pedir a ninguém.”</i>

Fonte: Autora, 2024.

Ao analisar as respostas das funcionárias foi possível constatar que o Centro de Confecções proporcionou para todas as 6 (seis) elevação nos seus provimentos (melhoria de renda). Sendo possível identificar que todas conseguiram autonomia em suas vidas, como era previsto no início da parceria (presente no Quadro 3, na entrevista com o Secretário de Assistência Social do município de Sumé-PB). Foi mencionado também por 2 (duas) costureiras que o Centro de Confecções propiciou mais aprendizado sobre a costura, já que participaram de curso de capacitação e podem praticar diariamente as atividades de costura no centro.

Por fim, foi questionado as funcionárias sobre os impactos (positivos ou negativos) gerados pela criação do Centro de Confecções para o município de Sumé-PB.

Quadro 20 - De modo geral, você acredita que a criação do Centro de Confecções proporcionou impactos positivos também para o município de Sumé-PB? Quais?

QUESTIONADOS	RESPOSTAS
Funcionária 1	<i>“Sim porque gerou empregos pra as pessoas sobreviverem melhor”.</i>
Funcionária 2	<i>“Sim, geração de renda, aumento na circulação de dinheiro no comercio, e proporciona um clima propicio para a chegada de novas confecções”.</i>

Funcionária 3	<i>“Sim porque gerou empregos na cidade e oportunidades na área da costura”.</i>
Funcionária 4	<i>“Sim, a geração de emprego e renda, é um impacto positivo”.</i>
Funcionária 5	<i>“Sim. De modo que com o aumento da renda, gerou lucro e movimento na cidade”.</i>
Funcionária 6	<i>“Sim, pela geração de emprego, de renda do comercio da cidade”.</i>

Fonte: Autora, 2024.

Ponderando as respostas de todas as funcionárias, ficou constatado unicidade (apesar da análise ter sido individual), no impacto positivo que a criação do Centro de Confecções Maria de Melo Pereira teve para o município de Sumé-PB. Como observação, as 6 (seis) costureiras, relataram que o centro disponibilizou mais empregos para o município, ajudando na renda e na circulação do dinheiro no comércio da cidade. Além da maior visibilidade proporcionada para a arte da costura sumeense (inclusive exportada para outros estados e regiões do Brasil).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados obtidos na presente pesquisa, pode ser concluído que os impactos gerados pelo Centro de Confecções Maria de Melo Pereira para o município de Sumé-PB foram benéficos, uma vez que o empreendimento proporcionou impactos positivos no contexto social e econômico. Mesmo contratando poucas funcionárias (como relatado pelo responsável pela empresa S/A Confecções), a Parceria Público-Privada (PPP) conseguiu promover melhorias na vida das atuais colaboradoras, proporcionando autonomia e o desenvolvimento pessoal das mesmas.

Ponderando que a primeira parte do objetivo geral era identificar a quantidade de empregos diretos e indiretos fornecidos pelo Centro de Confecções Maria de Melo Pereira, foi possível averiguar que apenas 6 (seis) funcionárias diretas estão atualmente alocadas no Centro de Confecções e 9 (nove) indiretas (trabalhando em facções de montagem), porém, o intuito futuro da empresa S/A Confecções é contratar mais 20 colaboradores diretos (o que demonstra a viabilidade de continuidade do projeto), precisando para isso, porém, qualificar de forma precedente (por meio de cursos de qualificação) os futuros funcionários.

Com relação a arrecadação tributária para o setor público (segunda parte do objetivo geral), nenhuma instância da Prefeitura Municipal de Sumé expôs de forma quantitativa os impactos monetários originados pela PPP. A única informação apresentada tenta a esposar uma perda no Imposto Sobre Serviços (ISS), promovido pelo subsídio ofertado em favorecimento da empresa S/A Confecções.

Sobre a terceira parte do objetivo geral, a PPP foi capaz não só de estimular a criação do empreendimento no município de Sumé-PB, como potencializou a produção (5.000 peças mensais) e reduziu os custos (via eliminação de parte da tributação, no caso o não pagamento do ISS). A partir das informações expostas, e considerando a intenção da empresa S/A Confecções de contratar novos colaboradores, é plausível constatar o retorno (ganho) econômico em termos de resultado (receitas e lucros).

Como desfecho, deve ser ressaltado que a parceria proporcionou mais visibilidade para a cidade por meio da arte da costura. Inclusive com a expectativa de criação de novos projetos e a continuidade do Centro de Confecções, se configura a possibilidade de novos mercados consumidores no Brasil e no mundo serem atendidos pela produção de vestuários elaborados em Sumé-PB. O que vai gerar mais oportunidades laborais para a população do município.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, A. S. de. As parcerias público-privadas - PPP'S no Direito positivo brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 240, p. 105–146, 2005. DOI: 10.12660/rda.v240.2005.43621. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/43621>>. Acesso em: 27 de fev. de 2024.
- BONOMI, C. A.; MALVESSI, O. PPP: unindo o público e o privado. **RAE Executivo**. Out. 2004, pp. 25-29. DOI: 10.12660/gvexec.v3n1.2004.34778. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/5cd49f55-7f44-460a-8ac1-1bcaa42486b4>>. ISSN 1806-8979. Acesso em: 20 de mar. de 2024.
- BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: Presidência da República [2004]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm>. Acesso em: 14 de mar. 2024.
- BRITO, B. M. B. de; SILVEIRA, A. H. P. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público (RSP)**, v. 56, n. 1, p. 7-21, Jan. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1442>>. Acessado em: 26 de abr. de 2024.
- CORREIA, V. C. C. Parcerias Público-Privadas Análise do Custo-Benefício. **Instituto Politécnico de Setúbal. Escola Superior de Ciências Empresariais**. Jan. 2015. p. 1-53. Disponível em <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/7718?mode=simple>>. Acesso em: 18 de mar. 2024.
- GRILO, L. et al. A implementação de parcerias público-privadas como alternativa para a provisão de infra-estrutura e serviços públicos no Brasil: visão geral. **Revista Brasil Engenharia**. 2004, v. 565, p. 78-86. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Silvio-Melhado/publication/237825757_A_IMPLEMENTACAO_DE_PARCERIAS_PUBLICO-PRIVADAS_COMO_ALTERNATIVA_PARA_A_PROVISA_O_DE_INFRA-ESTRUTURA_E_SERVICOS_PUBLICOS_NO_BRASIL_VISAO_GERAL>. Acesso em: 20 de mar. 2024.
- MOTTA, N. M.; ZEVEDO, D. B.; JESUS-LOPES, J. C.; GOMES CASAGRANDA, Y. Parcerias público-privadas. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 6, n. 1, 14 nov. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/16242>>. Acesso em: 26 de fev. de 2024.
- PÉRICO, A. E.; REBELATTO, D. A. do N. Desafios das parcerias público-privadas (PPPs). **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, Set./Out. 2005, v. 39, n. 5, p. 1031 a 1052. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6578>>. Acesso em: 20 de mar. 2024.
- PREFEITURA DE SUMÉ. Prefeitura de Sumé inaugura Centro de Confeção em homenagem a D. Mariquinha. **Prefeitura de Sumé**, 1 set. 2023. Disponível em:

<<https://www.sume.pb.gov.br/2023/09/prefeitura-de-sume-inaugura-centro-de-confeccao-em-homenagem-a-d-mariquinha/>>. Acesso em: 22 de fev. de 2024.

SILVA, A. N. S. da. Parceria Público-Privada: Análise do Projeto Aperfeiçoando as PPPs no Brasil. **Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira**. Jan. 2016. pp. 11-80. Disponível em: <<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1033>>. Acesso em: 18 de mar. de 2024.

SOARES, R. P. NETO, Carlos Álvares da S. Campos. Considerações Sobre o Projeto de Lei de Parceria Público-Privada (PPP) em Face da Experiência Recente do Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. Mar. de 2004. p. 7-19. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/ipe/ipetds/1010.html>>. ISSN 1415-4765. Acesso em: 14 de mar. 2024.

THAMER, R.; LAZZARINI, S. G. Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas. **Revista de Administração Pública [online]**. 2015, v. 49, n. 4, pp. 819-846. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7612119746>>. ISSN 0034-7612. <https://doi.org/10.1590/0034-7612119746>. Acesso em: 19 de mar. de 2024.

APÊNDICE 1 - REGISTROS DA PESQUISA (2024)**Figura 1 - Centro de Confeccões Maria de Melo Pereira Silva**

Fonte: Autora, 2024.

Figura 2 – Roupas Produzidas no Centro de Confeccões Maria de Melo Pereira Silva

Fonte: Autora, 2024.

APÊNDICE 2 - QUESTIONARIO APLICADO COM AS FUNCIONÁRIAS

1. Qual seu gênero?

() Masculino

() Feminino

() Outros

2. Qual sua idade?

() 18 a 25

() 25 a 30

() 30 a 45

() 45 a 50

() 55 ou mais

3. Qual seu nível de escolaridade?

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

() Outros

4. Como você foi selecionado(a) para trabalhar no centro de confecções Maria de Melo?

5. Você participou de algum programa ou curso de qualificação após ser contratado(a) para trabalhar no centro de confecções Maria de Melo?

6. Você já trabalhava em outro local antes do centro de confecções Maria de Melo Pereira? Se sim onde? E porque mudou de emprego?

7. Quais foram às melhorias (renda, qualidade de vida, etc.) geradas em sua vida depois da criação do centro de confecções?

8. De modo geral, você acredita que a criação do centro proporcionou impactos positivos também para o município de Sumé-PB? Quais?

APÊNDICE 3 - QUESTIONARIO APLICADO NA PREFEITURA DE SUMÉ

1. Como funciona a parceria com a S/A Confeccões no centro de Confeccões Maria de Melo Pereira?
2. Quais foram os métodos (ou fatores) utilizados pela prefeitura para atrair a S/A Confeccões como parceira?
3. Quais são as metas da parceria em termos de benefícios sociais e econômicos para o município?
4. Qual a estimativa de duração dá parceria?
5. Houve aumento na arrecadação tributária municipal? Em que proporção e em quais tributos (Exemplo: ISS, taxas, etc.)?
6. O centro de confeccões contribuiu com o aumento da procura de novos investidores e empreendimentos para o município?
7. Existe previsão de investimentos futuros para ampliar a parceria? Se sim quais?

APÊNDICE 4 - QUESTIONARIO APLICADO NA EMPRESA S/A CONFECÇÕES

1. Qual o total de investimentos que a empresa aplicou para a criação do centro de confecções Maria de Melo Pereira?
2. Qual o número de empregos diretos e indiretos que foram gerados através dessa parceria?
3. Qual o valor de salário médio pago aos funcionários?
4. Quais as peças que são produzidas no centro de Confecções?
5. Qual a quantidade dessas peças? e para onde são vendidas?
6. Os cursos profissionalizantes fornecidos pela prefeitura contribuirão na contratação dos atuais funcionários?
7. De que forma a empresa se beneficiou com essa parceria?
8. É previsto mais contratações de funcionários ou novos investimentos de ampliação do empreendimento?